



FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

ADMILSON MARINHO DE LIMA*

Resumo: O presente texto apresenta parte das reflexões realizadas no âmbito de nossa pesquisa de Mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional/UFGINHCS/Regional Catalão sobre o processo histórico de feminização da profissão docente no Brasil. Para isso, realizamos um relato da inserção das mulheres no universo escolar, a realidade dos baixos salários dos professores e as dimensões simbólicas da feminilidade e masculinidade.

Palavras Chaves: Feminização, docência, trabalho, classes.

INTRODUÇÃO

Nos séculos XVIII e XIX, aconteceram profundas mudanças no mundo ocidental, provocadas pelas sociedades europeias, enquanto vanguardas do modelo capitalista. No Brasil, tais alterações tomaram corpo a partir do final do século XIX e, particularmente, a partir dos anos 30 do século XX, com o processo de industrialização brasileiro. Tal processo provocou diversas modificações urbanas, no mundo do trabalho, e nas funções desenvolvidas pela escola que, hegemonicamente frequentadas, até então, por uma parcela minoritária da sociedade, composta por homens brancos, filhos de latifundiários, industriais, dentre outros grupos da classe dominante, é transformada agora num local com função tecnicista e utilitária, com a presença de filhos das classes trabalhadoras. Nesse contexto, permaneceu reservado às mulheres, em particular aquelas pertencentes às classes média e dominante, o espaço privado do lar, do trabalho doméstico, com um paulatino ingresso no ambiente escolar, como educandas e como educadoras. As mulheres da classe trabalhadora, brancas ou negras, que já estavam presentes no espaço público por meio do trabalho, majoritariamente doméstico, continuaram ainda por muitas décadas sem acesso à escola. A formação escolar possibilitou que as mulheres brancas da classe média aos poucos conquistassem o espaço público via atuação profissional na educação, sem deixar, entretanto, as atividades domésticas. Porém, o controle administrativo das escolas continuou nas mãos masculinas, refletindo o modelo patriarcal de sociedade, assentado no machismo, no autoritarismo e na verticalização hierárquica de gênero, classe e étnico-racial.

As marcas desse processo histórico são perceptíveis até hoje nos diversos níveis da educação brasileira, em especial no ensino básico, fundamental e médio. Verificamos que no modelo patriarcal capitalista a presença e, atual, predominância de mulheres no exercício da

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em História – Mestrado Profissional/UFGINHCS/Regional Catalão-Catalão – Goiás – Brasil

docência tem se pautado pela divisão sexual do trabalho¹, na qual o Trabalho² feminino na docência, além de reduzido, assim como o dos homens, à condição de mercadoria, carrega uma sobreposição de explorações, detectadas, por um lado, na destinação de remuneração inferior à dos homens, particularmente no ensino privado, e, por outro, na perpetuação das relações sociais de gênero no espaço privado, onde as mulheres continuam a serem as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico³.

Nesse sentido, a análise do trabalho docente, em particular o feminino, na atualidade, é relevante e necessária, na medida em que a reflexão promovida pelos estudos de gênero acerca da participação das mulheres nessa profissão tem implicado em afirmações que postulam uma relação direta entre a desvalorização e precarização trabalho docente com a chamada “feminização do trabalho”. Deixando de lado diversos marcadores sociais da diferença presentes nessa profissão, em particular, a questão da classe. Compreendemos que gênero e ensino são indissociáveis, uma vez que gênero categoria é um elemento que atravessa todas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais, mas interessa-nos pensar a categoria gênero articulada à categoria classe visto que a participação feminina na educação, e no mercado de trabalho em geral, está diretamente relacionada a um processo de trabalho

¹ De acordo com HIRATA e KERGOAT (2007), “o termo ‘divisão sexual do trabalho’ aplica-se (...) a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (...) [A] segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (p. 596). Resumindo, para as autoras: “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (p. 599). Nesta pesquisa trabalhos com a segunda acepção do conceito.

² Nos moldes em que homens/mulheres transformam a natureza e a si mesmos.

³ Optamos por não utilizar a noção de “dupla jornada de trabalho”, ao nos referirmos à execução pelas mulheres do trabalho profissional e do trabalho doméstico, por compreender o trabalho doméstico, diferentemente de muitos estudos, como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Cabe ressaltar que devido seu lugar de classe nem todas as professoras tem condições de “externalizar o trabalho doméstico” para realizar seu trabalho profissional, ou seja, nem todas essas mulheres têm condições de recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária (faxineiras, empregadas domésticas, babás e cuidadoras).

articulado às mudanças sociais, econômicas e políticas, ao longo do tempo, que são tensionadas por relações autoritárias, patriarcais, preconceituosas e de classes.

A Feminização da docência

O Brasil até o século XIX era hegemonicamente agrário, com uma divisão de classes bem demarcadas entre proprietários e não proprietários de terras, senhores e escravos, com uma visível ausência das mulheres no espaço público.

A essa época, a educação feminina era restrita aos cuidados com a casa, marido e os filhos, eram tratadas como incapazes intelectualmente, membros dos chamados grupos de doentes mentais e crianças. Era renegada a mulher qualquer formação, não sabia ler nem escrever. Já criança era adestrada a ser mãe e esposa, sua instrução alcançava estritamente as tarefas domésticas, aprender a bordar, cozinhar e costurar.

Proibindo a movimentação das mulheres em qualquer espaço público e limitando ao espaço privado, casa/quintal, revelava um paternalismo que teve como impactos, dentre outros, levar a mulher à condição de mera reprodutora, tornando-se apenas um objeto de domínio masculino e as afastava também da educação formal, não sendo permitido o acesso a escola.

“[...]A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, a princípio, marcadamente masculino”. (LOURO, 1997, p. 77).

O século passado foi um momento de relevantes transformações sociais, econômicas e políticas, direcionadas para a visão de progresso estabelecendo à educação a tarefa de ser a vanguarda do desenvolvimento do país, repercutindo no processo de formação dos professores.

No século XX a docência tomou a condição de eminentemente espaço feminino, revelando-se, atualmente, uma atividade profissional com presença significativamente maior o contingente de mulheres.

“[...]Nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91%,

respectivamente). No entanto, a cada etapa do ensino regular amplia-se a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio. (...) Não obstante, se consideradas todas as etapas e modalidades da educação básica, 81,6% dos professores que estavam em regência de classe são mulheres e somam mais de um milhão e meio de docentes - 1.542.925". (INEP - Censo do Professor, 2007).

De modo comparável, esse apontamento de linha decrescente do número de mulheres nas várias etapas do ensino escolar pode estar em direção contrária à valorização do profissional dessas etapas. É possível que as professoras da educação infantil sejam as menos valorizadas, com formação menor, baixos salários e pouco reconhecimento e os docentes do ensino superior - pesquisadores, com formação em mestrados e doutorados, obtém salários maiores e maior reconhecimento social. Porém, há que se observar o caminhar concomitante das duas realidades em busca de melhores condições de trabalho.

Até a independência do Brasil não existia educação popular, mas depois dela o ensino, pelo menos de forma legal, se tornou gratuito e público, inclusive para mulheres, que só obtém nos termos da lei à educação em 1827, por meio de escolas distintas para meninos e meninas, onde revelavam currículos diferentes de acordo com o sexo.

"[...]A lei que fora convertido o projeto de ensino em 15 de outubro de 1827 isenta a mestra da necessidade de ensinar noções de geometria e restringe o ensino da aritmética nas escolas de meninas a quatro operações. Acabara-se, pois, por introduzir diferenças entre os currículos das escolas primárias masculinas e femininas, o que representava uma decorrência da visão que se tinha dos papéis sociais da mulher, para qual de nada serviria o conhecimento da geometria, e ainda do conhecimento que se tinha do grau de ignorância das que se candidatariam aos postos magisteriais". (SAFFIOTTI, 2013, p. 274)

Nessa época, as moças se empenhavam à costura, ao bordado e à cozinha, enquanto os homens estudavam geometria. As mulheres professoras não deveriam ensinar geometria, no entanto esse conteúdo era critério para classificar níveis de salário, o que estabelecia a diferença salarial, revelando a discriminação sexual. Porém, mesmo que o estudo tenha passado a ser um direito previsto em lei, a maioria das mulheres era excluída do processo de instrução, condição reservada àquelas que pertenciam às elites, pois a segregação revelava seu caráter sexual e classista.

Os baixos salários já existentes afastavam os homens dessa profissão, que procuravam outras oportunidades, mais rentáveis. De tal maneira que pode – se cair numa incorreção afirmar que a progressiva entrada de mulheres na carreira docente levou à precarização dessa

profissão. Contudo, é passível de verificação a relação entre a presença feminina e a imagem da docência enquanto uma profissão secundária, já que nos moldes familiares tradicionais, nos quais os homens assumem o papel de provedores, sugere que às mulheres, reserva – se as migalhas de uma profissão pouco remunerada e pouco reconhecida.

Nesse momento, ainda estamos abordando um modelo de educação elitista, onde a participação da população era numericamente pequena. A partir de meados do século XX a educação brasileira iniciou um intenso processo de universalização, massificação, alcançando atualmente números expressivos de crianças no ensino fundamental. A expansão do ensino projetou a feminização do magistério a proporções nacionais.

“[...] de forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução. [...] Assim as mulheres poderiam e deveriam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão — o magistério — e colaborassem na formação de diretrizes básicas da escolarização manter-se-iam sob a liderança masculina”. (ALMEIDA, 1996, p. 73)

No entanto, as diferenças de acesso das mulheres aos diferentes níveis de ensino e hierarquias ainda perpetuam, o direcionamento da educação não era exercida pelas mulheres, até os dias atuais há muitos homens nos setores administrativos da educação como, por exemplo, secretários e ministros de educação.

Há diversas linhas que abordam a feminização docente, entre elas existem as concepções “conservadoras” pautadas pela ideia de “vocação”. As mulheres, portanto, seriam levadas à profissão docente por conta da sua “natureza”, propensa à manutenção das relações humanas e as práticas do cuidado. Dessa maneira, a atividade assimilou peculiaridades naturalizadas como femininas, como, por exemplo, a sensibilidade, o amor incondicional, a tranquilidade, a entrega, etc. Assim, o magistério passa a ser visto como uma atividade que poderia e deveria paulatinamente ser exercido conjuntamente com as atividades do lar.

Compreender como ocorreu a feminização da docência é ter a leitura de que tal processo não se refere somente à presença de mulheres, mas especialmente à associação da escola a símbolos da feminilidade.

É importante a compreensão de que tanto as feminilidades quanto as masculinidades são historicamente construídas, “gênero se constitui em cada ato da nossa vida, seja no plano das ideias, seja no plano das ações. O tempo inteiro a gente está constituindo o gênero no nosso próprio cotidiano”. (GROSSI, 2004, p.09).

Dessa forma, a leitura de gênero perpassa o campo dos símbolos, observáveis em determinada sociedade, expressos culturalmente, em normas reveladas nas suas ideias, na subjetividade como também nas relações de poder.

No campo do simbólico, podemos pensar na feminização da docência como composição de práticas, ações que permeiam essa atividade independente do corpo que a assume e não somente à participação numericamente hegemônica de mulheres nessa profissão.

Contar com a participação de mulheres ou de homens na atividade de professoras e professores é pensar em uma pequena parte das dimensões simbólicas da realidade educacional. Qualquer momento da vida educacional de uma criança pode permear uma realidade de trabalho a uma pessoa do sexo feminino quanto masculino, pois as dimensões de feminilidade criadas socialmente, o cuidado, a emoção, a sensibilidade, podem estar presentes em qualquer pessoa.

As escolas não são meras instituições receptoras de práticas da sociedade como masculinidades e feminilidades, que transportadas para seu interior condicionam sua realidade, elas produzem significados que contribuem com o processo de formação dos indivíduos, da infância a vida adulta.

Assim, torna – se tarefa importante do professor refletir e avaliar, as concepções de educação historicamente construídas e atualmente vigentes, revelando as dimensões conflituosas vivenciadas por professoras e professores, na perspectiva da construção de relações mais justas e solidárias.

Pesquisa e Intervenção

Catalão conta com diversas escolas da rede estadual de ensino, proporcionando a participação de uma gama considerável de profissionais que se relacionam ao trabalho de ensino aprendizagem. São de suma importância a fundamentação teórica dessa realidade, bem como uma pesquisa de cunho qualitativo, em loco, que demonstre numericamente a quantidade de professores do sexo feminino e suas representações e realidades profissionais:

[...] Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. (...) Também a consideração deste lugar, no qual se produz, é a única que permite ao saber historiográfico escapar da inconsciência de uma

classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção e, que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida (CERTEAU, 2008, p.77).

É importante observar que o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador. Fica claro, que as pesquisas de caráter qualitativo buscam capturar a perspectiva dos participantes e considerar os diferentes pontos de vista dos mesmos.

Portanto, para essa pesquisa optou-se por realizar um estudo qualitativo que consistirá no levantamento de informações junto a Sub Secretaria de Educação de Catalão, com a assinatura do Termo de anuência visando o registro de dados sobre as escolas e o número de professoras que compõem a rede estadual de educação no município. Será objeto de estudo 3 escolas estaduais do município, selecionadas com base no critério de 1 por bairro e da assinatura do Termo de anuência, com 4 professoras de cada escola, independente do conteúdo/disciplina/matéria que trabalhe na escola, perfazendo um total de 12 professoras, selecionadas a partir do critério de voluntariedade.

Ao final da pesquisa ocorrerá uma proposta de intervenção que implicará em momentos diferentes, porém de complementariedade. Realizar-se-á em cada ambiente pesquisado, em cada escola, com os colaboradores da pesquisa, professoras e professores, um encontro coletivo para discussão e apreciação do tema proposto pela pesquisa, na perspectiva da compreensão que os mesmos possuem sobre a relação homem/mulher, no âmbito histórico, social, política, econômico, cultural, e em especial, no ambiente escolar, como espaço de trabalho. Tal ação proporcionará uma reflexão sobre os objetivos alcançados e as conclusões a que se chegou à pesquisa, contribuindo assim para a ruptura e superação de contradições, preconceitos e enganos surgidos ao longo do tempo em torno do tema, e, de outro, revelar as alegrias, importâncias e o prazer de ser professora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino.** *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996

CERTEAU, M. **A Escrita da História.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Grossi, M. P. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica, Antropologia em primeira mão.** Florianópolis: UFSC, 2004, v. 75. Disponível em: <http://minhateca.com.br/> Acesso em 18/03/2015.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2007, vol.37, n.132, pp. 595-609. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

INEP - Censo do Professor Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf> Acesso em 18/03/2015.

LOURO, G. L. **Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação.** In: CATANI, D. et al.(org.) *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.* São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

SAFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.